

A INDÚSTRIA ERÓTICA DE WEBCAM NO BRASIL: DISPUTAS E CONTENCIOSOS MORAIS

INTRODUÇÃO

Este artigo trata das disputas morais que marcam a formação da indústria erótica de *webcam* no Brasil, voltadas a dissociar esse serviço da prostituição e da venda de sexo. Argumenta-se que tal embate ocorre em torno do posicionamento do *camming* dentro dos mercados de sexo e erotismo, fazendo remissão a escalas valorativas que fundamentam trabalhos sexuais mais e menos dignos socialmente. A discussão parte de literatura recentes que retoma a categoria de *dirty work* e a divisão moral do trabalho (Hughes, 1964) para refletir sobre ocupações contemporâneas estigmatizadas (Ashforth et al., 2007; Simpson et al., 2012), incluindo o trabalho sexual (Kong, 2006; Hui e Kambhampati, 2020). Esses estudos demonstram que trabalhadores de *dirty works* se engajam em estratégias para administrar as máculas que recaem sobre suas atividades (e sobre si mesmos), buscando normalizá-las e agregar valor moral a elas (Ashforth & Kreiner, 1999; Kreiner et al., 2006). Tal perspectiva considera o processo de gestão do estigma como intersubjetivamente partilhado, remetendo a fronteiras da divisão moral do trabalho apreendidas no cotidiano. Nesse campo, os debates sobre trabalho sexual se tornaram centrais, uma vez que esse labor é historicamente marcado por disputas sobre as demarcações entre serviços dignos e indignos (Kong, 2006). Conjuga-se a esse debate pesquisas que refletem sobre as fronteiras instáveis e contingentes dos mercados de sexo, estabelecidas em meio às práticas para gestão do estigma sobre a prostituição (Piscitelli, 2007; Lopes, 2021).

A empiria trabalhada neste artigo é o *camming*, um serviço erótico ofertado por meio de *webcam* e *streaming*, que consiste na encenação ao vivo

de práticas sexuais a uma audiência contingente e flutuante. Esse serviço compõe a indústria erótica de *webcam*, que despontou internacionalmente no início dos anos 2000. No Brasil, essa indústria se consolidou a partir de 2010, com o surgimento de duas plataformas nacionais: Câmera Hot, fundada em 2010; e Câmera Privê, fundada em 2013. As plataformas brasileiras ofertam o *camming* por meio de *chats* tarifados por minuto, que são divididos em três modalidades: em grupo, que custa em média R\$1,50 por minuto; privado, cuja tarifa é em torno de R\$2,40 o minuto; e exclusivo, que cobra aproximadamente R\$2,85 por minuto. Os *chats* também são segmentados pelos tipos de práticas que permitem: enquanto o em grupo não admite nudez explícita nem interações sexuais, o privado e o exclusivo dão espaço a transmissões erótico-sexuais, que são coordenadas por *performers* e usuários. O *camming* no Brasil é composto majoritariamente por trabalhadoras mulheres cisgênero, brancas e vindas do Sul e Sudeste do país (Machado & Alvim, 2019). Homens cisgênero e pessoas transgênero ainda são minorias nesse mercado e estão predominantemente na Câmera Privê, a primeira plataforma a aceitar que essa população se registrasse como *performers*. Destarte, os contenciosos que envolvem o *camming* brasileiro dizem respeito a essa mão de obra principal, que frequentemente se vê associada a prostitutas e à venda de sexo online. Adicionalmente, as disputas passam também pela natureza mediada da atividade, que é realizada à distância por meio de computador e *webcam*.

A controvérsia que se instaura na correlação do *camming* com a prostituição foi identificada por autores que analisaram os contextos norte-americano (Jones, 2015, 2016) e filipino (Mathews, 2017). Esses pesquisadores reconhecem que há um amplo investimento em táticas para classificar o *camming* como qualitativamente diferente da prostituição, visando conter estigmas. No entanto, eles não investem analiticamente em destrinchar tais estratégias, demonstrando como elas configuram o cotidiano da atividade. No Brasil, além de serem escassos os estudos que identifiquem a centralidade dos contenciosos morais pelo posicionamento do *camming* (Silva, 2014; Caminhas, 2020), são mais presentes textos que tomam essa atividade como prostituição virtual (Lopes 2013; Saldanha, 2017; Silva & Silva, 2016). Este artigo visa adensar a presente literatura, demonstrando que as *performers* desenvolvem três estratégias principais para lidar com a mácula moral e normalizar o *camming*: elas edificam um léxico próprio para se referir à atividade e a pessoas nela envolvidas; distinguem discursivamente a venda de sexo do comércio de erotismo virtual; e acentuam características singulares do *camming* que o tornam um trabalho autônomo, seguro e bem remunerado. Argumenta-se que essas táticas dialogam com as convenções de gênero e sexualidade, de modo a contrastar o *camming* com a prostituição, posicionando-o como convencional e socialmente aceitável. Conclui-se que esse investimento na gestão do *dirty work* visa proporcionar uma valorização do *camming*

e das *performers*, de modo que ambos consigam angariar algum nível de valorização social.

NORMALIZAÇÃO DE DIRTY WORKS E MARCADORES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A literatura sobre *dirty work* tem fornecido ferramentas para refletir a respeito do status social de diferentes formas de trabalho, iluminando os meandros de processos de desvalorização de certas atividades. Ela tem sido responsável por recolocar a dimensão da divisão moral do trabalho, demonstrando como ela impacta o self e a autopercepção de trabalhadores em ocupações estigmatizadas. Os estudos nessa seara se concentraram em destrinchar as várias táticas para normalizar *dirty works* (Simpson et al., 2012), sendo embasados nas investigações pioneiras de Ashforth e Kreiner (1999), Kreiner et al. (2006) e Ashforth et al. (2007).

Pesquisas que relacionam trabalho sexual e *dirty works* tiveram êxito em chamar a atenção para a divisão do trabalho sexual (Kong, 2006), demonstrando como os mercados de sexo e erotismo são subdivididos em atividades mais e menos dignas. Como demonstra Tyler (2011), quanto mais próximo um serviço está da venda de sexo, mais estigmatizado ele será. Entretanto, a autora mostra que mesmo ocupações no entorno do sexo e erotismo comercial são alvo de mácula moral (a exemplo de vendedoras em sex shops). Vários estudos têm pontuado a necessidade de trabalhadores sexuais buscarem uma posição mais digna para si mesmos e seu trabalho através de discursos que visam minimizar os estigmas (Cramer & Home, 2007; Silva & Blanchette, 2009; Guidroz & Rich, 2010; Piscitelli, 2012). A literatura nacional sobre mercados de sexo adiciona uma importante contribuição a essas reflexões, pontuando que a delimitação de fronteiras entre os serviços sexuais é parte constitutiva do enfrentamento do estigma da venda de sexo (Rodrigues, 2009; Silva & Blanchette, 2017). Ao buscarem atribuir dignidade ao trabalho exercido, profissionais do sexo jogam com aspectos materiais e simbólicos de seus ofícios para (re)posicionarem suas atividades laborais dentro de hierarquias valorativas móveis e mutáveis (Russo, 2007; Murray et al., 2010). Esses estudos revelam as ambivalências e complexidades inerentes ao processo de lidar com as máculas morais, demonstrando que formas de distanciamento e dissociação de atividades estigmatizadas se chocam com limites e fronteiras que precisam ser criados e reforçados continuamente. Assim, eles sinalizam a formação de um campo contencioso em que os limites não são estabelecidos a priori, mas em processo (Piscitelli, 2007).

Nesse contexto, o estigma da prostituição (Agustín, 2007) aparece em primeiro plano, sendo que essa atividade aparece nas classificações mais baixa das hierarquias do sexo comercial, tomada como exemplo negativo de trabalho sexual. Piscitelli (2004) informa que essa mácula tem precedência

histórica, mas não é inerte e imutável. Ela se relaciona com a divisão do trabalho sexual que vai sendo estabelecida em meio a disputas sociais e políticas que envolvem os trabalhadores sexuais. Por isso, o estigma é passível de manuseio e gestão, sendo realocado dentro dos vários serviços sexuais tendo em vista a proximidade ou distância que estabelecem da venda de sexo (Russo, 2007). Na escala hierárquica dos mercados de sexo, trabalhos sexuais mediados por tecnologias (e.g. tele-sexo, pornografia e *camming*) ou que restringem o contato entre trabalhadora e clientes (e.g. *strippers*) são posicionados no topo (Kong, 2006). Estão incluídos também serviços considerados “de luxo” ou “alto escalão” (Lopes, 2021), que ofertariam uma experiência além da venda de sexo. Ainda assim, há que se considerar que as fronteiras que definem dignidade ou desvalorização são porosas e contingentes, exigindo um constante esforço de manutenção e flexibilização.

A literatura supramencionada reconhece as dimensões de gênero e sexualidade embutidas na mácula da prostituição e nos processos de gestão do estigma por trabalhadoras sexuais. Não obstante, ainda há escasso investimento em buscar compreender como essas dimensões condicionam e direcionam as diferentes estratégias acionadas por trabalhadores sexuais. Este estudo avança na discussão sobre marcadores de gênero e sexualidade nos processos de administração das máculas morais, evidenciando como eles figuram no processo de normalização empreendido por *performers* do *camming*. Destarte, além de discutir as formas específicas pelas quais busca-se posicionar o *camming* no topo da divisão do trabalho sexual, desvela-se como normas de gênero e hierarquias de sexualidade estão no subtexto das narrativas das *performers*, apelando para uma dimensão de reconhecimento trazida pelas convenções de gênero (Butler, 2004) e para um enquadramento de “sexualidade politicamente correta” (Gregori, 2010) que o *camming* supostamente adere.

MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de etnografia digital, realizada entre 2016 e 2020 nas duas plataformas de *camming* brasileiras: Câmera Hot e Câmera Privê. Esta pesquisa passou pelo Comitê de Ética e foi aprovada na Plataforma Brasil em fevereiro de 2017 (CAEE 59900016.0.0000.5404). Adicionalmente, foram observados os perfis no Twitter das duas plataformas e de 75 *performers*. O Twitter foi central porque é a principal mídia social utilizada por trabalhadores sexuais para interagirem entre si e divulgarem seu trabalho. Destarte, ele expande o universo observado, situando as práticas cotidianas que estão no entorno do *camming*. A etapa de campo ajudou no mapeamento inicial das disputas morais em torno do posicionamento do *camming* dentro dos mercados de sexo. Nela, foram coletadas capturas de tela de postagens no Twitter que remetiam ao tema em foco (N=260), posterior-

mente analisadas por meio de análise temática e codificação textual aberta (Deterding & Waters, 2018; Braun & Clarck, 2020). Nas plataformas, foram observadas as interações entre trabalhadoras e usuários em *chats* em grupos, de modo a registrar a presença da controvérsia nas ocasiões de troca comercial. Os dados obtidos direcionaram a segunda etapa do estudo, as entrevistas qualitativas.

Foram realizadas 15 entrevistas em profundidade entre julho e agosto de 2017 e fevereiro de 2018 com mulheres cisgênero que atuavam no *camming* brasileiro. As participantes foram selecionadas por meio de amostragem de bola de neve (Atkinson & Flint, 2001). Somente mulheres cisgênero foram entrevistadas porque representavam a mão de obra dominante do *camming* no período da investigação. À época, homens cisgênero e pessoas transgênero estavam ingressando nesse mercado, o que tornou difícil encontrá-los fora das plataformas para enviar o convite das entrevistas. As plataformas brasileiras não permitem que *performers* e usuários troquem contatos ou conversem sobre temas que não envolvam as exposições. Por isso, todas as entrevistadas precisaram ser contatadas via mensagens diretas no Twitter ou por e-mail pessoal disponibilizados online – o que não foi possível de ser feito com homens cisgênero e pessoas transgênero. As entrevistas foram conduzidas por Skype, respeitando a preferência das participantes. As entrevistadas assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em contribuir voluntariamente com o estudo, e seus consentimentos também foram obtidos por áudio antes dos diálogos. A maioria das interlocutoras eram jovens (predominantemente na casa dos 20 anos), brancas (apenas duas eram negras) e sem experiência prévia no comércio de sexo (apenas uma também atuava como “garota de programa”). A média de tempo trabalhando no *camming* era de um a cinco anos. As questões foram divididas em eixos temáticos: trajetória de entrada e permanência no *camming*; dinâmicas e condições de trabalho; e estratificações e estigma. As conversas duraram cerca de uma hora e foram gravadas e transcritas literalmente. Os dados foram analisados por meio de codificação textual aberta.

RESULTADOS: O CAMMING E A DIVISÃO DO TRABALHO SEXUAL

No *camming* brasileiro, dissociar a exibição ao vivo da prostituição é uma questão fundamental. Recorrentemente, as trabalhadoras anunciam que não são “garotas de programa” e que fazem “somente virtual e não real”. Frases como “não faço nada real, não insista” ou “não sou GP (garota de programa) e não passo contato” são facilmente encontradas em seus perfis nas plataformas de *camming* e em mídias sociais. Durante as entrevistas, esse tema se sobressaiu. Angélica se apressou em explicar que o *camming* “é muito associado à prostituição, e não é prostituição”. Anelise acrescenta que “muita gente vê errado, que confundem muito as modelos, que não passam de

exibicionistas né, com acompanhante e garota de programa, sendo que é totalmente virtual”. E Beatriz até solicita que a pesquisa colete mais informações sobre “essa confusão entre *stripper* virtual e a prostituição, dos encontros de verdade, se puder definir melhor o que é cada coisa, é bem importante”. Essas falas deixam visível a profunda preocupação em torno das fronteiras (porosas) dos mercados eróticos, revelando uma necessidade de administrá-las de modo que a mácula da prostituição seja afastada do *camming*. Para lidar com tais fronteiras, as trabalhadoras se baseiam em argumentos construídos estrategicamente e compartilhados intersubjetivamente (Ashforth et al., 2007), criando narrativas sobre seu trabalho e sua posição nas escalas de valoração do sexo comercial. Elas acompanham a dinâmica presente nos mercados de sexo, nas quais as delimitações entre os serviços são alvo de disputas por reposicionamento (Piscitelli, 2007). As narrativas giram em torno de três eixos principais: (a) definição de um léxico composto por termos e expressões para se referir ao *camming* e às pessoas que nele atuam; (b) contraposição entre sexo e erotismo virtual, estabelecendo o tipo de experiência comercializada no *camming*; e (c) identificação dos traços distintivos do *camming* como trabalho sexual.

O LÉXICO

Nomear fenômenos sociais é conferir existência a eles, posicionando-os em um campo semântico próprio. A linguagem, conforme Berger e Luckmann (2004), objetifica e racionaliza processos sociais e experiências. A construção de léxicos em *dirty works* visa calibrar os julgamentos de valor sobre determinada ocupação, movimentando-a dentro da divisão moral do trabalho (Hughes, 1962; Kreiner et al., 2006). O léxico ajuda a classificar e a qualificar a atividade que se exerce, imputando significado também ao *self* de trabalhadores. Nos mercados de sexo, as classificações e palavras utilizadas têm uma centralidade na medida em que elas encenam, significam e estratificam as práticas eróticas e sexuais (Perlongher, 1978). Elas formam “redes mais ou menos implícitas de signos codificados”, que participam de “um sistema classificatório-relacional que vai exprimir o lugar que (os sujeitos) ocupam numa rede mais ou menos fluida de circulações e intercâmbios” (Perlongher, 1978: 153). As nomeações dos serviços sexuais estão no centro das disputas por fronteiras nos mercados de sexo (Lopes, 2021) e no *camming* nacional, há um amplo investimento na fundamentação de um léxico (Silva, 2014).

Durante a etnografia e nas entrevistas, deparei-me com um conjunto de palavras acionadas no cotidiano do *camming* nacional para nomear o exibicionismo online e suas trabalhadoras. “*Camgirls*” e “*camboys*” são as pessoas que se exibem online, conhecidos também como “modelos” ou “modelos virtuais” ou “*cam models*”, “*strippers* virtuais” ou “*webstripper*” e “exibicionistas”. As pessoas que consomem esse serviço são “usuários”, “visitantes” ou “membros” e as plataformas são chamadas de “sites de cam” que oferecem “shows

de strip-tease”, “pornô ao vivo” e “conteúdo adulto”. O trabalho no *webcamming* consiste em “shows”, “lives”, “transmissão”, “exibicionismo online”, “putaria online” e “pornô ao vivo”. No perfil das trabalhadoras nas plataformas há “salas virtuais” que permitem “chats”: nos chats simples ocorre apenas o “exibicionismo”, que consiste em revelar partes do corpo de modo sensual, e nos privados acontecem os “shows”, a “putaria”, a “sensualização”. Outras expressões que também chamam a atenção são voltadas a definir a interação entre as trabalhadoras e os consumidores. As mulheres devem estar “ao vivo” no espaço “virtual” ou “online”, permitindo que “usuários” se “conectem” às suas “salas virtuais” e possam “interagir por webcam” com a finalidade de conversar ou para “exibicionismo virtual”. Analisando detidamente esse vocabulário, nota-se que ele descreve mais do que as pessoas e as atividades envolvidas no *camming*, pontuando papéis e ações sociais e situando os sujeitos e suas funções. Isso se deve ao fato de tal vocabulário se constituir intersubjetivamente nas práticas e nos discursos de quem circula no *camming*, envolvendo uma aprendizagem tácita e contínua que requer imersão no universo do exibicionismo online.

Angélica foi a entrevistada que mais salientou o caráter prático do vocabulário do *camming*. Ela explica que “o usuário, a gente trata as pessoas que consomem esse tipo de erotismo como usuários porque, a garota de programa trataria como cliente né, então nós tratamos como usuários porque ele é usuário de uma plataforma, assim como a modelo”. E acrescenta que “é por isso que a gente fala sala, visitante, usuários. Eu não tenho cliente, no site que eu trabalho o usuário compra pacote de créditos e ele compra meu tempo o quanto ele quiser”. Ao posicionar os compradores e as trocas estabelecidas nas plataformas, Angélica também acentua seu lugar de modelo, que corresponde a quem “vende seu tempo online”. Fernanda também deixou claro que as nomenclaturas são fundamentais, sobretudo no que diz respeito aos compradores: “o usuário, eu não gosto de chamar na verdade nem de cliente nem de usuário tá, eu gosto de falar visitante, porque a pessoa chega ali com necessidades que eu procuro suprir da melhor maneira”. Para Fernanda, consumidores são visitantes da plataforma, que permanecem conectados por tempo determinado e rapidamente se desconectam. Esse caráter contingente e momentâneo da presença demonstra que as trocas são intermitentes e pontuais, sendo supostamente diferente da relação com clientes. A narrativa de Fernanda complementa a de Angélica ao evidenciar que as interações são efêmeras e mediadas, estabelecidas por meio da compra de pacotes de minutos direto com as plataformas. Nesse sentido, os consumidores são clientes da plataforma, mas visitantes nas salas das *performers*.

Nas demais entrevistas, a centralidade de determinadas palavras apontou nas explicações das participantes sobre suas dinâmicas de trabalho. Em suma, as entrevistadas narram como as “modelos” trabalham com “encenações” e “exibições” de “performances eróticas”, produzindo cenas. A ideia

de “modelo” se conecta a de “encenações”, demonstrando o caráter de representação das práticas realizadas para o público. Os “usuários” ou “espectadores” apreciam um “show”. Portanto, eles assumem o lugar da audiência, mantendo uma interação mediada com quem se apresenta. Ao contrário do “cliente”, que compraria um serviço, o “usuário” utiliza a “sala” e usufrui a “exibição”. A própria prática de *camming* é compreendida como “shows” e “apresentações” por reafirmar os lugares de quem atua e assiste, sendo um entretenimento audiovisual consumido à distância. Vale salientar que as palavras utilizadas nesse universo não são habitualmente associadas ao comércio de sexo, mas ao mundo do entretenimento. Por conseguinte, esses vocábulos situam o campo simbólico e interpretativo que vai qualificar o *camming* e seus sujeitos.

SEXO VERSUS EROTISMO VIRTUAL

O vocabulário analisado anteriormente está diretamente relacionado a uma controvérsia central ao *webcamming*: a comparação do exibicionismo com a prostituição. Tal controvérsia se baseia sobremaneira na insistente pergunta “você faz real?”, em que usuários questionam se as *performers* oferecem sexo para além da exibição virtual. Nas narrativas que compõem tal disputa, há o pressuposto de duas formas de experiência: uma real, que seria o sexo com toque físico; e outra virtual, que seria oferecida à distância. Como será discutido, essa oposição é sustentada na mediação tecnológica do *camming* e na distância física que ela impõe, permitindo manipular as fronteiras entre a venda de sexo e outros erotismos.

Fernanda conta que o *webcamming* é “uma exposição em frente a câmera”, na qual há “dança, strip-tease e a masturbação”. Acentua que “o maior foco, o ponto principal é lógico que é o erotismo, a masturbação”. Assim, o *camming* “é ligado à questão erótica” mas “não é propriamente uma atividade sexual, (porque) não tem contato físico, é contato visual, imaginação”. Essas falas de Fernanda fornecem a base para que ela afirme a diferença entre o *camming* e a prostituição. Ela informa que as *performers* são geralmente “colocadas dentro de um pacote com garotas de programa”, mas é preciso deixar claro que “a diferença é que o trabalho delas é real e o meu é virtual, não existe o toque físico ali, é tudo virtual”. Angélica também vai distinguir sexo e erotismo: “o erótico fica na imaginação, o sexo na idealização. Então, para ter a idealização tem que ter a presença de dois, quando isso não acontece é o erótico, [...] e por conta de ser virtual, a gente pode colocar como erótico”. Destarte, o *camming* “é muito mais um trabalho de entretenimento do que de sexo, entende?”. Nos discursos de Angélica, o virtual apresenta dois sentidos diferentes: primeiro, remete a uma faceta tecnológica e material, constituindo-se como uma mediação física da interação; segundo, é correlacionado ao imaginário, sendo concretizado na idealização e na fantasia de quem assiste. Em ambos os casos, o virtual é qualitativamente diferente do real.

Anelise corrobora essa distinção ao salientar que “o exibicionismo é algo erótico, algo sensual, mas não ao ponto da acompanhante”, porque ele é “algo mais fetichizado, mais da imaginação”. Beatriz acrescenta que com as garotas de programa há “contato direto, físico né, teria o número de telefone, teria conversa. A prostituição é real, você toca nela, beija ela, fica com ela no mesmo lugar físico”. Dandara completa essa diferenciação ao explicar a diferença entre “sexo real” e “exibicionismo”: “sexo rola no meu caso porque eu me apresento com outra pessoa, então a gente transa muito. Mas não tem nada a ver em relação ao usuário, de forma nenhuma, não sou garota de programa”. E complementa: “eu mostro meu sexo para as pessoas, mas não rola sexo com usuários, só strip mesmo”. Para as *performers*, o que define os serviços oferecidos é a possibilidade ou impossibilidade do toque físico. Quanto maior a distância física entre os corpos, menor a possibilidade de haver sexo envolvido. E se elas não fazem sexo, elas também não podem ser tomadas como “garotas de programa”.

Carolina conta que essa “confusão” entre prostituição e *camming* acontece porque ainda há pouca informação sobre exibicionismo online no Brasil. Consequentemente, as *performers* são “misturadas com as garotas de programa, então acham que o termo cam é prostituição, quando não é”. Para Carolina, é preciso “sempre diferenciar que camgirl não é prostituta, prostituta não é camgirl”. Segundo ela, as *performers* “andam na rua e não precisam desviar o olhar de ninguém, porque ninguém sabe o que a gente faz e quem a gente é, diferente da prostituta, que se o cara estiver no restaurante e te ver, ele vai abaixar o olho”. Beatriz confirma: “eu acho que é importante falar da confusão entre *stripper* virtual e a prostituição, dos encontros de verdade, porque a gente é muito malvista por confusão”. Essas narrativas deixam claro que a mácula da prostituta (Agustín, 2007) está na base das tentativas de afastar o *camming* da venda de sexo. Como demonstra Fernanda, muitas *performers* afirmam “eu sou camgirl, não garota de programa, não me confunda. Quer dizer: eu sou mais digna porque não dou o meu corpo fisicamente ao disfrute”. O estigma e a desvalorização social impelem as *performers* a buscarem formas de manipular as fronteiras que delimitam as atividades dos mercados de sexo de modo a se posicionarem nas escalas mais altas de valoração. Fernanda complementa dizendo que “nós somos tidas, infelizmente, como pessoas menos dignas porque nós expomos nossa sexualidade, assim como as mulheres que fazem programa, que não é nossa profissão, mas tem um vínculo aí”. Apesar de reconhecer que a mácula moral atinge a todas, Fernanda entende que há formas de minimizá-la utilizando as fronteiras porosas entre os serviços sexuais, afastando o *camming* de atividades mais estigmatizadas.

A demarcação dos serviços oferecidos por prostitutas e exibicionistas também entra na disputa. Gisele argumenta que *camming* e prostituição são totalmente diferentes porque “elas combinam o tempo antes, mas aqui a pessoa pode ficar lá na sala o tempo que ela quiser, a pessoa não paga antes, ela

vai pagando por minuto”. Além disso, “eu vendo tempo, elas também vendem tempo, mas é bem diferente pela questão do contato, porque elas são obrigadas a ter contato, enquanto eu não sou”. A distinção sobre a natureza das trocas comerciais é central para a delimitação entre sexo e experiência erótica, sendo que o erotismo corresponderia à compra do tempo e da imagem da mulher na câmera. Além disso, há um entendimento de que no *camming* a conversa é central, ao contrário do que ocorre na prostituição.

Beatriz esclarece que no *camming* “você precisa conversar, conhecer minimamente a pessoa, então primeiro a gente conversa e às vezes rolam coisas mais íntimas”. E complementa dizendo que “eu percebi que eu atraio mais usuários falando com eles do que me mostrando para eles”. Jennifer concorda: “os meus shows são como se fossem encontros, eu converso com a pessoa, cativo a pessoa”. Eliane acrescenta a noção de companhia: “meu público busca companhia mesmo, independentemente do show. Vai ter dias que eles vão querer a companhia com a conversa e outros para sexo”. Ela conta que “muitos usuários me procuram nessa intenção do sexual, mas só pela forma que conduzo sempre buscando a conversa, eles se surpreendem. Já aconteceu de o cara entrar e sair sem nada de sexual e superfeliz”. E Milena conclui que o público procura a “companhia de uma menina bonita e pedada”. Com essas falas, as entrevistadas salientam mais uma face do erotismo: o diálogo como o centro das trocas. Na compreensão das interlocutoras, o erotismo mistura imaginação e virtualização com interações baseadas na conversa e na companhia do outro. O sexo, por sua vez, seria uma prática que envolve o encontro dos corpos com finalidade do gozo, com pouco espaço para a comunicação.

Vale salientar que as distinções comentadas aqui estão presentes em vários ramos do trabalho sexual. Seja em serviços sexuais mediados por tecnologias (Cramer & Home, 2007; Selmi, 2012; Díaz-Benítez, 2014) ou realizados em copresença (Sanders, 2005; Weitzer, 2010; Lopes, 2021), há uma incessante busca por dispositivos que minimizem a mácula atribuída à prostituição, que são similares àqueles acionados pelas entrevistadas. Ademais, a busca por reelaborar e revalidar as fronteiras entre os diversos trabalhos sexuais é premente no cotidiano dos mercados de sexo. Como demonstram Piscitelli (2007) e Piscitelli et al. (2011), até mesmo as práticas denominadas programa passam por um escrutínio e são muitas vezes determinadas por meio de hierarquias de classe, raça, educação, região e locais de trabalho. Essa discussão ecoa a divisão do trabalho sexual (Kong, 2006), que vai situar as atividades mais e menos estigmatizadas e desvalorizadas dentro do conjunto dos mercados de sexo. Refletindo nos termos de *dirty works*, percebe-se que as escalas de valoração do trabalho são sempre contextuais e contingentes (Hughes, 1970). Por isso, a estratégia de comparar determinada ocupação com outras similares é um modo de tentar flexibilizar as fronteiras morais e, consequentemente, buscar angariar algum grau de valorização para determinado tra-

balho e quem o exerce (Ashforth & Kreiner, 1999). É exatamente por isso que as *performers* precisam que a prostituição apareça como o oposto do *camming*, servindo como o exemplo negativo de serviço sexual. Nessa trama, o exibicionismo (e as exibicionistas) alcança as escalas mais altas na hierarquia, tentando se blindar do estigma.

AS SINGULARIDADES DO CAMMING

A última estratégia acionada pelas *performers* para movimentar o *camming* pelas hierarquias dos mercados de sexo é assinalar as especificidades dessa atividade, afastando-a da venda de sexo e qualificando-a como um trabalho sexual digno. As entrevistadas apresentaram várias características positivas do *camming*, dando ênfase a dois pontos principais: o par: autonomia e a segurança e o par: rentabilidade e prazer. A partir dessas características, as interlocutoras atestam o valor moral da exibição online, buscando construir uma imagem do trabalho (e de si mesmas) como digno e socialmente valoroso.

Nicole comenta sobre a autonomia, afirmando que a liberdade das *performers* vai desde a escolha de quem atenderá nos shows, quais práticas sexuais encenarão online, até como serão gerenciadas a rotina laboral e as metas financeiras. O *camming* aparece, portanto, como uma modalidade de trabalho autogerenciada. Para Nicole, “o site dá a liberdade de escolher quem eu vou atender, não é porque a pessoa chega ali com um fetiche bizarro que eu tenho que fazer, eu escolho, isso vai dos meus limites”. Ela estabelece seus próprios horários e dias de trabalho, sem ter uma agenda fixa. Milena reforça esse argumento ao dizer que “não faço nada nunca com horário predefinido, eu sempre começo meus shows na hora que me sinto à vontade”. Complementa dizendo que “aprendi a fazer só o que eu quero! Não faço nos meus shows o que eu não me sinto à vontade de fazer”. Para as duas entrevistadas, elas têm um alto grau de controle de suas performances online, exercitando a livre escolha no *camming*.

Dandara é a performer que mais enfatiza a autonomia: “aqui eu que mando né, eu mando nos meus shows, não é o cara que manda”. Explica que “quem manda na verdade sou eu. Se ele mandar eu fazer alguma coisa que eu não faço, eu vou e falo ‘não, desculpa, não vou fazer’”. Segundo ela, essa liberdade é devido ao vasto número de usuários nas plataformas: “você não perde, se você perdeu esse usuário, tem um outro. Então eu prefiro ter meus limites e deixar bem sinalizado para não ter erro”. A autodeterminação também é tema central para Beatriz: “eu nunca fui coagida a nada, sempre fiz aquilo que eu quis, a gente tem essa liberdade de só fazer o que quer”. E também para Anelise: “eu escolho, eu faço as minhas regras, é algo que eu gosto muito nesse trabalho, eu nunca conseguiria lidar com alguém mandando em mim”. Essa ideia de uma liberdade irrestrita e administrada pelas *performers* visa demonstrar que o *camming* é um ambiente de trabalho bené-

fico às trabalhadoras, que proporciona ferramentas para que elas possam tomar as rédeas de suas dinâmicas dentro das plataformas.

Angélica complementa o enquadramento sobre a autonomia evidenciando como se estabelece a relação das *performers* com os usuários: “se eu te falar que já fui maltratada por usuário, que já fui humilhada, ofendida, vou estar mentindo. Todas as vezes que eles me pediram alguma coisa, eu fiz porque queria, porque seria muito bem pago”. Segundo ela, “a gente tem total autonomia sim, até porque eu falo ‘não, isso não, isso quebra o clima, assim eu não gosto’” e “é tranquilo, ou o cara desiste, se ele já estiver no pago e eu falar que não vou fazer, ele vai embora, ou a gente vai tendo ideias e entra em comum acordo”. Lúcia concorda com Angélica: “eu consegui controlar tudo, se eu não quiser atender alguém, eu não atendo; se alguém faltar com o respeito, eu posso bloquear a pessoa da minha sala, posso denunciar ela pro suporte”. Além do mais, “a maioria das vezes que eu não queria é não, e geralmente as pessoas me respeitam bastante”. Para Lúcia, “no cam você tem a possibilidade de se afastar de alguém, lá é uma coisa que você controla, entendeu?” O afastamento físico e a mediação da plataforma são tomados como fatores que permitem a prerrogativa das exibicionistas. As entrevistadas acreditam que estão no controle porque elas podem se desconectar a qualquer momento ou pedirem assistência às plataformas.

A autonomia se conecta à segurança no *camming*. Segundo Jennifer, “se a pessoa for grossa com você, você pode banir ela” sem correr o risco de sofrer agressão porque “a pessoa não vai fazer nada para você”. Gisele afirma que “eu nunca engoli sapo, às vezes eu chuto (usuários)” e “eu nunca sofri nada, nunca fui nem xingada nem nada”. Jennifer considera o *camming* um ambiente seguro porque há uma distância física entre ela e os usuários e as plataformas também atuam como mediadoras das trocas comerciais. Fernanda acentua o papel das plataformas na manutenção da segurança: “eu vejo isso como uma vantagem, você manter seu anonimato, toda a segurança. O site te ajuda, ele tem uma responsabilidade de não divulgar nossos dados, eles fazem um trabalho bem sério”. Para as entrevistadas, autonomia e segurança são inerentes ao *camming*, sendo responsáveis por diferenciar o exibicionismo de outros trabalhos sexuais considerados inseguros e menos autônomos.

A dissociação entre *camming* e prostituição passa pelo par autonomia e segurança. Jennifer explica que as prostitutas correm “alguns riscos, como da pessoa sair, de estar em contato físico com alguém e ser agredida, o cara me agredir ou fazer alguma coisa comigo”. Já no *webcamming*, “a vantagem é se o cara for grosso comigo ou eu não gostar, ele nem tá do meu lado, nem sabe quem eu sou”, por isso “o cam é mais seguro, eu me sinto mais segura fazendo dentro de casa”. Gisele corrobora o ponto de Jennifer ao argumentar que “a GP não pode virar e falar eu não vou atender você. Eu, se o cara é grosso, chuto da sala”. Além disso, “se eu quiser, eu desligo computador. Elas não podem escolher. Eu não vou sair com velho, eu não vou sair com gordinho,

mas elas não podem escolher”. Em oposição à total liberdade garantida pelo *camming*, a prostituição é o espaço da falta de autodeterminação. A prostituição aparece como a face coerciva do trabalho sexual em oposição ao *camming*, a versão emancipada.

Eliane afirma que “comparando com as garotas de programa, você tem essa segurança de estar no seu lar, a garota de programa, querendo ou não, ela se expõe, ela tá na frente do cliente, é difícil cara a cara falar não”. Para Carolina, as prostitutas estão sujeitas a mais formas de assédio: “elas estão no real podendo sofrer. Qual o risco delas? Pegar um maluco na frente, abusar delas, bater nelas, até matar, elas correm um risco bem maior que o nosso que é virtual”. Por outro lado, “qual é meu risco aqui? Meu risco é o cara me xingar e eu ficar puta, ficar chateada”. E Cibele complementa: “nossa exposição é muito menor, porque eu acredito que quando rola contato físico, ele pode fazer qualquer coisa com você. Agora por trás da tela não, é só sua imagem que tá ali”. A mediação da tela também entra em jogo para distinguir *camming* e prostituição. A narrativa das entrevistadas evidencia que em frente à câmera, o perigo se dilui, ao passo que em copresença, a violência e exploração aparecem como possibilidade.

Os rendimentos financeiros são outro ponto de distinção do *camming*. Lúcia se interessou pelo trabalho porque “ouvi dizer que a maioria dos modelos ganha até mais de 10 mil por mês, só que como eu não sou muito ativa, eu trabalho quando eu quero, eu ganho o mesmo valor de um emprego comum”. *Performers* mais ativas nas plataformas consideram que seu lucro mensal é satisfatório, porque o dinheiro se conjuga a outras vantagens do *webcamming*, como a autonomia e segurança. Fernanda conta que “é relativamente interessante os números que a gente alcança ali, pelo menos pro meu padrão é bacana, principalmente porque tem outras vantagens”. Ela considera o exibicionismo como automaticamente lucrativo, assim como a maioria das entrevistadas. Carolina diz que o *camming* “vicia, porque é um dinheiro fácil, não é que seja fácil, ele exige seu sacrifício, porém você está dentro da sua casa”. Complementa que “nenhuma modelo consegue largar porque é um dinheiro que vicia, você começa a ter certos luxos que fora dali você não teria”. Além disso, “não tem trabalho que vá fazer isso por você, o que eu recebo na plataforma não tem trabalho que vá me dar algo igual ou parecido”. Cibele concorda com Carolina: “no começo, você fica deslumbrada com o dinheiro porque entra muito rápido [...] tem dias que eu consigo ganhar quinhentos reais ficando lá nem quatro, cinco horas”. Vale salientar que para essas *performers*, a renda das plataformas é a principal, garantindo a elas um estilo de vida considerado confortável.

Os discursos sobre os lucros veem acompanhados de argumentos que comparam o *camming* com outros trabalhos, incluindo outras atividades dos mercados de sexo. As entrevistadas geralmente mencionam ocupações como vendedora e atendente e também a venda de sexo. Assim, elas situam o exi-

bicionismo em um rol de serviços com os quais ele pode ser comparado e enaltecido. Angélica pontua bem essa argumentação ao contar que quando passou a se exibir “eu meio que me joguei mesmo, tinha acabado de sair de um estágio, e aí o que aconteceu foi que eu comecei a gostar”, principalmente quando “eu vi que estava rolando dinheiro e lembro que minha primeira reação foi de surpresa”. Ela fala que em seu primeiro dia “eu tinha ficado uma manhã me exibindo e tinha dado cento e sete reais, e eu super me divertindo, tranquila, dando risada, nem parecia que estava ganhando dinheiro”. Depois de compreender que ela teria um bom lucro, “comecei a desenvolver, foi quando eu consegui levantar a parcela da faculdade e comecei a me esforçar mais. E a plataforma me trouxe isso, o dinheiro e a possibilidade de eu estar ali voluntariamente e conversar com as pessoas”. Angélica compara o exibicionismo com outras formas de venda de erotismo comercial e afirma “se for medir o esforço que eu faço com alguém que vende mão de obra, é insignificante”. Ademais, “o retorno financeiro que eu tenho dessa atividade nos termos que eu te falei me conforta demais”. Denise ratifica essa narrativa: “eu mal vejo como trabalho, eu vejo como uma fantasia mesmo e precisamente dinheiro rápido e fácil”. E explica: “fácil pra mim que gosto da função, eu realmente me divirto, pra mim é dinheiro rápido, fácil e divertido”.

O dinheiro se soma ao prazer e à realização pessoal pelo *camming*. Muitas das entrevistadas afirmaram não ver a atividade como um trabalho, mas como diversão. Denise traz um discurso paradigmático nesse sentido ao afirmar que atua no exibicionismo “penas por prazer”. Segundo ela, “no geral, eu gosto da exibição, eu gosto de me sentir desejada, de ver a reação dos caras” e, além disso, “eu aprendi muito mais depois que comecei a trabalhar, você quer experimentar”. Ela sintetiza sua visão afirmando que o *camming* permite “falar de sexo, ficar com tesão, poder gozar várias vezes por dia, pra mim é sensacional”. Eliane segue a mesma linha, dizendo que “eu tenho muito orgulho da minha profissão, que é unir o útil ao agradável, porque você acaba tendo prazer, prazer sexual, prazer da companhia, prazer de trocar uma ideia e, claro, tá ganhando para isso”. Carolina explica que “é uma entrega, você curte, você não pode pensar que está fazendo pelo simples fato do dinheiro, quando você tá curtindo com ele o momento, você curte o fetiche, então se torna gostoso”. Esses argumentos buscam relacionar trabalho e prazer, demonstrando que algumas atividades são edificantes para as pessoas que a realizam. O *camming* aparece como uma fonte de renda, mas também como uma oportunidade de auferir satisfação com os encontros online.

Posicionar o *camming* como rentável e aprazível visa distingui-lo da venda de sexo. Denise acredita que na prostituição as trabalhadoras não têm prazer. Segundo ela, “eu gosto de sexo de verdade, aí imagina, eu vou para um lugar, quarenta minutos de sexo e é aquela coisa que o cara vai pagar para dar aquela gozada rápida e eu não vou sentir prazer nenhum, não vou me divertir”. Por isso, “eu acho que independentemente de quanto seja, meu es-

três não valeria o dinheiro”. Denise afirma que “eu não ia ficar satisfeita com a prostituição, eu não acho que eu me adequaria à vida de garota de programa”, mas “com o virtual, eu quase sempre fico com muito tesão e tenho, pelo menos, uns três orgasmos por dia. Não é sempre, óbvio que às vezes eu finjo, mas eu me divirto”. Outras *performers*, como Gisele e Beatriz, corroboram essa mesma distinção e concluem que no exibicionismo é a própria mulher que manuseia os brinquedos e se toca, aumentando muito suas chances de ter prazer.

As singularidades do *camming* aparecem na fala das interlocutoras como elementos vantajosos, que são acionados para enquadrar a atividade como qualitativamente superior à venda de sexo. Esse tipo de estratégia retórica também é encontrado na prostituição, que é comparada a outros trabalhos feminizados de baixo valor social. Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette (2009) evidenciam que no comércio de sexo e erotismo as escolhas são racionalizadas de modo a balizar os ônus e os bônus da atividade que será exercida. Para prostitutas, fatores como autonomia e rentabilidade também entram no cômputo, qualificando a venda de sexo como mais vantajosa, sendo que “uma das motivações principais atrás da prostituição é *ambição* e não a *estrita necessidade*” (Silva & Blanchette, 2009: 207). As táticas analisadas nessa seção visam discernir e singularizar o *camming*, auxiliando sua movimentação na divisão hierárquica do trabalho sexual. As *performers* buscam conformar seu trabalho como moralmente adequado, ajustando-o às convenções sociais que ordenam o valor (ou o demérito) de práticas sexuais e posições de gênero. Por conseguinte, o imaginário em que se baseia os discursos das entrevistadas dialoga com convenções sobre marcadores de gênero e sexualidade, em uma busca por afirmar o exibicionismo como parte dessas normas sociais. Vale assinalar que as escalas de valoração da divisão do trabalho sexual também se baseiam nessas convenções (Piscitelli, 2007), informando o grau de estigmatização de determinados serviços com base em sua dissidência das normas de gênero e sexualidade.

FRONTEIRAS DO SEXO COMERCIAL E NORMAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A controvérsia a respeito das fronteiras entre *camming* e prostituição alude a dispositivos que regulam hierarquicamente gênero e sexualidade, estabelecendo um campo contencioso em que valores e moralidades são disputados e fundamentados. A divisão do trabalho sexual dialoga diretamente com essas normas (Piscitelli, 2007), assim como os mecanismos para enfrentar o estigma associado à venda de sexo (Rodrigues, 2009). Convenções de gênero e sexualidade aparecem correntemente nos discursos e práticas de profissionais do sexo para lidarem com as fronteiras hierárquicas entre os serviços sexuais (Piscitelli, 2004; Silva & Blanchette, 2017). Butler (1988, 1990) evidencia que as práticas e os discursos em torno desses dois marcadores atuam como referências para a interpretação dos sujeitos, apontando para esquemas

de inteligibilidade e reconhecimento de determinadas condutas. Nessa abordagem, o sistema normativo é constituído e aludido no cotidiano, sendo contingente e sujeito à adaptação. Por isso mesmo é possível para as *performers* buscarem estratégias discursivas que reenquadrem o *camming* dentro dessas normas, apelando para elementos que supostamente estão adequados ao gênero e à sexualidade normativos.

Em primeiro lugar, não é à toa que a prostituição está na mira das *performers*, uma vez que essa atividade é associada ao desvio de caráter feminino (Agustín, 2007). A transgressão embutida na prostituição é vista como responsável por ampliar a precariedade para as trabalhadoras, impelindo as entrevistadas a se afastarem desse estigma. Destarte, o contencioso moral do *camming* busca apontar as diferenças do *camming* em termos do trabalho (venda de sexo versus erotismo virtual), das práticas executadas (sexo real versus encenação) e das condições laborais (autonomia, segurança, rentabilidade e prazer versus dependência financeira, insegurança e baixa independência). Por meio dessas narrativas, as entrevistadas instituem papéis e posições que vão poder ser distribuídas entre adequadas e inadequadas, sempre tendo como pano de fundo as convenções de gênero e sexualidade apreendidas tacitamente em seus cotidianos.

Como as participantes demonstraram, as normas morais de gênero e da sexualidade atuam na distribuição do estigma (Rubin, 2003; Butler, 2004). Em suas narrativas, as entrevistadas buscam se contrapor à precariedade da mácula, demonstrando como o *camming* é edificante às mulheres porque não é venda de sexo, mas exercício de erotismo. Essas normatividades aparecem também como um campo comum de sentidos compartilhado com a plateia imaginada pelas interlocutoras. Hughes (1960) explica que as disputas sobre a divisão moral do trabalho e a busca por normalização de *dirty works* são sempre realizadas em função de uma audiência presumida, que irá (ou não) ratificar o valor de determinadas ocupações. A intersubjetividade aparece, então, como uma interdição e uma possibilidade: interdição porque restringe o campo das condutas morais (dentro das normas de gênero e sexualidade) e possibilidades porque permite a fundamentação de narrativas que reposicionem atividades maculadas (tornando o *camming* um exemplo positivo de trabalho sexual). Nas dinâmicas intersubjetivas da constituição do gênero, Butler e Athanasiou (2013) chamam a atenção para o duplo processo de sujeição e subjetivação que envolvem as normatividades. Assim, no *camming* vê-se uma lógica de sujeição, que impele as trabalhadoras a tentarem se enquadrar nas convenções e nos esquemas de inteligibilidade que elas fornecem, mas também de subjetivação, ressignificando suas posições sociais dentro das normas. Ambos os processos requerem repelir a prostituição, para que o *camming* e as *performers* possam situar sua dignidade.

Em segundo lugar, as narrativas das entrevistadas buscam normalizar o *camming* qualificando-o como erotismo virtual, isto é, a comercialização do

tempo e da imagem das mulheres. Aqui aponta-se para um exercício saudável e valioso da sexualidade, longe da corrupção da venda de sexo. Como discute Gregori (2012), as oposições entre erotismo, pornografia e sexo visam hierarquizar os distintos campos em que a sexualidade está envolvida. As *performers* fazem uso dessas hierarquias para buscarem se readequar às normas. Ainda que as entrevistadas reconheçam os estigmas de todos os trabalhos sexuais, elas buscam distinguir serviços mais e menos maculados, tentando demonstrar que há trabalhos eróticos dignos. Tais interpretações se estabelecem também mediante as escalas das sexualidades como demonstra Rubin (2003), configuradas por enquadramentos punitivos que visam o controle das expressões sexuais. O conjunto de estigmas eróticos materializa essas escalas, definindo quais práticas serão valorizadas ou perseguidas socialmente. As entrevistas acionam seu conhecimento tácito dessas divisões, compreendendo como o reconhecimento é distribuído desigualmente a partir do exercício da sexualidade.

É fundamental salientar que a disputa destrinchada acima se dá mediante enquadramentos de sexualidade (e gênero) e suas disposições normativas, haja vista que as entrevistadas tentam retrabalhar os sentidos da compra e venda de sexo e erotismo, tentando afirmar que o erotismo é imaginação e virtualidade. Elas pontuam, portanto, uma forma de prazer sexual legítima, que se distingue profundamente de uma “sexualidade disparatada” (Simões, 2016). O erotismo aparece como uma prática “politicamente correta” (Gregori, 2010). Como pontua Gregori (2012), contemporaneamente há o aparecimento de certas “etiquetas” que conformam as práticas sexuais consideradas saudáveis e seguras. Assim, os discursos das interlocutoras adentram nessas gramáticas do socialmente legítimo e aceitável, ou seja, dentro dos “limites da sexualidade” (Gregori, 2010). Tais limites são porosos e instáveis, em um movimento de ampliar e restringir as formas de gestão adequadas da sexualidade. As *performers* colocam o *camming* dentro da versão “politicamente correta” da sexualidade, afirmando-o como uma experiência erótica prazerosa para todos os envolvidos. Essas narrativas lidam com as fronteiras entre valorização e estigmatização, reconhecimento e desrespeito, e distribuição diferencial das precariedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discute empiricamente a divisão do trabalho sexual, evidenciando como *performers* do *camming* nacional movimentam essa atividade nas hierarquias dos mercados de sexo e erotismo. O argumento aponta o trabalho sexual como *dirty work*, que constantemente passa por tentativas de normalização que visam administrar os estigmas e as máculas morais da venda de sexo. Mais especificamente, assinala-se três estratégias acionadas no *camming*, que enfatizam o distanciamento físico entre trabalhadoras e consumi-

dores e dissociam a atividade da venda de sexo: a criação de um léxico particular para se referir ao *camming* e as pessoas nesse universo; a distinção entre sexo e erotismo virtual; e a apresentação das singularidades do *camming*, traduzidas pelos pares autonomia e segurança e rentabilidade e prazer. Uma contribuição fundamental do artigo é desvelar como normas de gênero e sexualidade compõem o pano de fundo da disputa analisada, e são acionadas como forma de gestão das máculas morais em *dirty works*. Adicionalmente, o texto enfatiza como as normas socioculturais sobre marcadores sociais da diferença são fundamentais para as hierarquias no campo do trabalho e nas tentativas de normalização de determinadas ocupações.

Os resultados apresentados têm limitações. Eles se baseiam na perspectiva de mulheres cisgênero, em sua maioria brancas e sem experiência prévia nos mercados de sexo, para quem a mácula da prostituição é problemática e precisa ser rechaçada. Considera-se que para outros públicos, como *performers* homens cisgênero e pessoas transgênero, esse processo de estigmatização possa ser compreendido de modo diferente, não necessariamente levando a estratégias de normalização do *camming*. São necessárias pesquisas que investiguem as dinâmicas da mácula moral para uma variedade mais ampla de trabalhadores sexuais, entendendo como a disputa pelo posicionamento do *camming* nas hierarquias dos mercados de sexo ocorre de modo abrangente. Ademais, os resultados não abordam a posição das plataformas e dos usuários nesse contencioso. Esses outros atores podem oferecer uma contraposição às falas das entrevistadas, complementando a análise empreendida. Apesar das limitações, este estudo avança na discussão sobre os meandros do trabalho sexual como um *dirty work* e desenvolve uma discussão fundamental para compreender como novas modalidades de serviços erótico-sexuais passam a figurar dentro da hierárquica e contingente divisão do trabalho sexual.

Recebido em 23/06/2022 | Revisado em 08/02/2023 | Aprovado em 03/04/2023

Lorena Caminhas é pesquisadora de pós-doutorado no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2020/02268-4). É doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, com enfoque nos Estudos de Gênero e Tecnologia. Suas investigações dizem respeito à entrada de plataformas digitais nos mercados de sexo brasileiros e seus impactos nas dinâmicas do trabalho sexual. Publicou artigo no *Porn Studies Journal* sobre o tema, intitulado *The Politics of Algorithmic Rank Systems in the Brazilian Erotic Webcam Industry*.

REFERÊNCIAS

- Agustín, Laura. (2007). *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. London: Zed Books.
- Ashforth, Blake & Kreiner, Glen. (1999). "How can you do it?" *Dirty work* and the challenge of constructing a positive identity. *The Academy of Management Review*, 24/3, p. 413-434.
- Ashforth, Blake et al. (2007). Normalizing *dirty work*: managerial tactics for countering occupational taint. *Academy of Management Journal*, 50/1, p. 149-174.
- Atkinson, Rowland & Flint, John. (2001). Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. *Social Research Update*, 33, p. 1-5.
- Berger, Peter & Luckmann, Thomas. (2004). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria. (2020). One size fits all? What counts as quality practice in (reflexive) thematic analysis? *Qualitative Research in Psychology*, 18/3, p. 328-352.
- Butler, Judith. (1988). Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. *Theatre Journal*, 40/4, p. 519-531.
- Butler, Judith. (1990). *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. (2004). *Undoing gender*. New York: Routledge.
- Butler, Judith & Athanasiou, Athena. (2013). *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press.
- Cramer, Florian & Home, Stewart. (2007). Pornographic code. In: Jacobs, Katrien et al. (orgs.). *C'lick me: a netporn studies reader*. Amsterdam: Institute of Network Cultures, p. 159-170.
- Gaminhas, Lorena. (2020). *Webcamming erótico comercial no contexto Brasileiro: organização, estruturação e dinâmicas internas*. Tese de Doutorado, PPGCS/Universidade Estadual de Campinas.
- Deterding, Nicole & Waters, Mary. (2018). Flexible coding of in-depth interviews: a twenty-first-century approach. *Sociological Methods & Research*, XX/ X, p. 1-32.
- Díaz-Benítez, María. (2014). El quehacer porno en la construcción de imágenes de espectacularidad. *Memoria y sociedad*, 17/34, p. 92-109.

Gregori, Maria. (2010). *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. Tese Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas.

Gregori, Maria. (2012). Erotismo, mercados e gênero: uma etnografia dos sex shops de São Paulo. *Cadernos Pagu*, 38, p. 53-97.

Guidroz, K. & Rich, G. Commercial telephone sex: fantasy and reality. In: Weitzer, Ronald (org.). *Sex for sale: prostitution, pornography and sex industry*. New York: Routledge. p. 139-161.

Hui, Neha & Kambhampati, Uma. (2020). Stigma and labour markets outcomes: sex work and domestic work in India. *Journal of Development Studies*, 56/1, p. 112-128.

Hughes, Everett. (1964). *Men and their work*. New York: Free Press.

Hughes, Everett. (1970). The humble and the proud: the comparative study of occupations. *The Sociological Quarterly*, 11/2, p. 147-156.

Jones, Angela. (2015). For black models scroll down: webcam modeling and the racialization of erotic labor. *Sexuality & Culture*, 19/4, p. 1-24.

Jones, Angela. (2016). "I get paid to have orgasms": adult webcam models' negotiations of pleasure and danger. *Sings: Journal of Women in Culture and Society*, 4/1, p. 227-256.

Kong, Travis. (2006). What it feels like for a whore: the body politics of women performing erotic labour in Hong Kong. *Gender, Work and Organization*, 13/ 5, p. 409-434.

Kreiner, Glen et al. (2006). Identity dynamics in occupational dirty work: integrating social identity and system justification perspectives. *Organization Science*, 17/5, p. 619-636.

Lopes, Maycon. (2013). Pornografia amadora em tempo real: observações preliminares sobre o cam4. In: SIMSOCIAL – *Simpósio em tecnologias digitais e sociabilidade*, Salvador, p. 1-14.

Lopes, Natânia. (2021). Sentidos e fantasias sobre o "luxo" na prostituição de "alto escalão" carioca. *Revista de Antropologia*, 64/3, p. 1-20.

Machado, Leandro & Alvim, Mariana. (2019). A Vida Secreta dos Brasileiros que Trabalham no Uber do Pornô.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49886712>. Acesso em 23 de jun. 2022.

Mathews, Paul. (2017). Cam Models, Sex Work and Job Im-mobility in the Philippines. *Feminist Economics*, 23/3, p. 1-25.

Murray, Laura et al. (2010). “She’s a professional like any-one else”: social identity among Brazilian sex workers. *Culture, Health & Sexuality*, 12/3, p. 293-306.

Perlongher, Néstor. (1987). *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense.

Piscitelli, Adriana. (2004). On “gringos” and “natives”: gen-der and sexuality in the context of international sex tour-ism in Fortaleza, Brazil. *Vibrant*, 1/1, p. 87-114.

Piscitelli, Adriana. (2007). Shifting boundaries: sex and money in the northeast of Brazil. *Sexualities*, 10/4, p. 489-500.

Piscitelli, Adriana. (2012). Feminismo e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. *Cuadernos de Antropología Social*, 36, p. 11-31.

Piscitelli, Adriana et al. (2011). Introdução: transitando através de fronteiras. In: Piscitelli, Adriana et al. (org.). *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais en-volvendo o Brasil*. Campinas: UNICAMP/PAGU. p. 5-30.

Rodrigues, Marlene. (2009). A prostituição no Brasil con-temporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Katálysis*, 12/1, p. 68-76.

Rubin, Gayle. (2003). Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. *Cadernos Pagu*, 21, p. 1-88.

Russo, Gláucia. (2007). No labirinto da prostituição: o di-nheiro e seus aspectos simbólicos. *Cadernos CRH*, 20/51, p. 497-514.

Saldanha, Rafael. (2017). *Você só precisa clicar: sexo virtual e masculinidades refletidas pelas webcams*. Tese de Doutora-do. PPGICH/ Universidade Federal de Santa Catarina.

Sanders, Teela. (2005). “It’s just acting”: Sex workers’ strat-egies for capitalizing on sexuality. *Gender, work and orga-nization*, 12/4, p. 319-342.

Selmi, Giulia. (2012). Dirty talk and gender cleanliness: an account of identity management practices in phone sex work. In: Simpson, Ruth et al. *Dirty work: concepts and identity*. England: Palgrave MacMillan, p. 113-125.

Silva, Ana da & Blanchette, Thaddeus. (2009). Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: Correa, Sônia & Parker, Richard (org.). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, intersecções e paradoxos*. Rio de Janeiro: SPW, p. 192-233.

Silva, Ana da & Blanchette, Thaddeus. (2017). Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. *Cadernos Pagu*, 50, p. 1-58.

Silva, Wesley. (2014). *O sexo incorporado na web: cenas e práticas de mulheres strippers*. Tese de Doutorado. PPGCS/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Silva, Maria & Silva, Allyson. (2016). Sexualidade e virtualização em Câmera Privê: sociabilidade, desejo e consumo através de *webcam*. *Bagoas*, 5, p. 153-175.

Simpson, Ruth et al. (2012). Introducing *dirty work*, concepts and identities. In: *Dirty work: Concepts and Identities*. London, Palgrave MacMillan, p. 1-19.

Simões, Júlio. (2016). O Brasil é um paraíso sexual – para quem? *Cadernos Pagu*, 47, p. 1-23.

Tyler, Melissa. (2011). Tainted love: from *dirty work* to abject labour in Soho's sex shops. *Human Relations*, 64/11, p. 1477-1500.

Weitzer, Ronald. (2010). Sex work: paradigms and policies. In: *Sex for sale: prostitution, pornography and sex industry*. New York: Routledge, p. 1-28.

A INDÚSTRIA ERÓTICA DE WEBCAM NO BRASIL: DISPUTAS E CONTENCIOSOS MORAIS

Resumo

Este artigo discute os contenciosos morais presentes na indústria erótica de *webcam* brasileira, que visam distinguir a prática de *camming* da prostituição e da venda de sexo. Tais disputas buscam movimentar o *camming* dentro da divisão hierárquica do trabalho sexual, posicionando-o como um exemplo positivo de serviço erótico. O argumento se embasa nos estudos em *dirty works*, que diagnosticam táticas de trabalhadores para normalizarem e administrarem as máculas morais de ocupações estigmatizadas. Os resultados veem de etnografia digital (2016-2020) nas duas plataformas de *camming* nacionais (Câmera Hot e Câmera Privê) e de 15 entrevistas em profundidade com trabalhadoras mulheres cisgênero. Conclui-se que as *performers* desenvolvem três estratégias para tentar normalizar o *camming*: criar um léxico para a atividade, distinguir sexo de erotismo virtual e sinalizar as singularidades do *camming*. Tais estratégias estão fundamentadas em convenções de gênero e sexualidade, que são acionadas como balizas para refletir sobre o valor do *camming*.

Palavras-chave

Trabalho Sexual;
Estigma;
Divisão Moral do Trabalho;
Prostituição;
Dirty Works.

THE EROTIC WEBCAM INDUSTRY IN BRAZIL: MORAL DISPUTES AND CONTROVERSIES

Abstract

This paper addresses the moral controversies of the Brazilian erotic *webcam* industry, which aim to distinguish the *camming* practice from prostitution and sex sale. Such disputes seek to move *camming* within the hierarchical division of sex labour, positioning it as a positive example of erotic service. The argument is based on *dirty works* scholarship, which diagnoses workers' tactics to normalise and manage the moral taints of stigmatised occupations. The results come from digital ethnography (2016-2020) developed on the two national *camming* platforms (Camera Hot and Camera Prive) and 15 in-depth interviews with cisgender women workers. The study concludes that *performers* develop three strategies in order to normalise *camming*: they create a lexicon for the activity, they distinguish sex from virtual eroticism, and they substantiate *camming* particularities. Such strategies rely on gender and sexuality conventions, which are summoned as guideposts to reflect on *camming* value.

Keywords

Sex Labour;
Stigma;
Moral Division of Labour;
Prostitution;
Dirty Works.